

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente em 30 de junho de 2025

Ref.: Relatório nº 258RC-016-PB



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2025	11

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (Companhia) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.575	21.042
Contas a receber	5	27.902	28.182
Impostos a recuperar	6	20.650	742
Outros créditos	7	39.347	4.612
Total do ativo circulante		122.474	54.578
Ativo não circulante			
Depósito caução - aluguel		42	42
Outros créditos	7	694	484
Impostos diferidos	24(a)	342	458
Imobilizado	8	67.192	66.717
Intangível	9	25.627	27.954
Total do ativo não circulante		93.897	95.655
Total do ativo		216.371	150.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Contas a pagar	10	15.403	17.044
Encargos do setor	11	14.708	14.193
Partes relacionadas	12	850	837
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	13	2.489	2.182
Provisões - Participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos	14	1.005	1.349
Impostos e contribuições a recolher	15	25.362	3.868
Dividendos a pagar	16	36.319	-
Total do passivo circulante		96.136	39.473
Passivo não circulante			
Contas a pagar	10	8.582	8.309
Obrigações especiais	17	24.004	24.523
Total do passivo não circulante		32.586	32.832
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	18.2	27.808	64.127
Lucros acumulados		46.040	-
Total do patrimônio líquido		87.649	77.928
Total do passivo e patrimônio líquido		216.371	150.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	30/06/2025	30/06/2024
Receita líquida de produtos e serviços operacionais	19	136.859	137.809
Custo dos produtos e serviços	20	(64.635)	(69.829)
Lucro bruto		72.224	67.980
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(3.526)	(3.539)
Lucro antes do resultado financeiro		68.698	64.441
Receitas financeiras	22	1.867	872
Despesas financeiras	22	(758)	(873)
Resultado financeiro		1.109	(1)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		69.807	64.440
IRPJ e CSLL - corrente	24(b)	(23.650)	(21.729)
IRPJ e CSLL - diferido	24(b)	(117)	(310)
Lucro líquido do período		46.040	42.401
Lucro por ação - Em R\$	18.4	3,34	3,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Resultado do período	46.040	42.401
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>46.040</u>	<u>42.401</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023		13.801	2.760	43.364	-	59.925
Lucro líquido do período		-	-	-	42.401	42.401
Proposição de distribuição de dividendos		-	-	(42.522)	-	(42.522)
Em 30 de junho de 2024	18	13.801	2.760	842	42.401	59.804
Em 31 de dezembro de 2024	18	13.801	2.760	61.367	-	77.928
Lucro líquido do período		-	-	-	46.040	46.040
Proposição de distribuição de dividendos		-	-	(36.319)	-	(36.319)
Em 30 de junho de 2025	18	13.801	2.760	25.048	46.040	87.649

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	69.807	64.440
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (líquido de obrigações especiais)	3.234	3.174
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	60
Juros sobre arrendamentos	-	12
Resultado ajustado	73.049	67.686
Decréscimo/(acrécimo) de ativos		
Contas a receber	280	2.473
Impostos a recuperar	(19.908)	(18.168)
Outros créditos	(34.945)	1.242
Acrécimo/(decrécimo) de passivos		
Fornecedores	(1.368)	(45)
Encargos do setor	515	(1.326)
Partes relacionadas	13	37
Salários e encargos sociais a recolher	307	422
Provisões - PLR, gratificações, bônus e encargos	(344)	(914)
Impostos e contribuições a recolher	21.118	18.968
Impostos e contribuições pagos	(23.275)	(21.511)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.442	48.864
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.909)	(1.564)
Aplicação financeira vinculada	-	(20)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.909)	(1.584)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Arrendamentos	-	(80)
Dividendos pagos	-	(50.522)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-	(50.602)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	13.533	(3.322)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	21.042	14.732
No final do período	34.575	11.410
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	13.533	(3.322)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia ou Concessionária) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através do Ministério de Minas e Energia (MME).

O Contrato determina que as cotas de garantia física de energia e de potência da Usina, conforme especificadas no Contrato de Concessão, são destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a receber receita a partir de outubro de 2014.

A Usina localiza-se no município de Andradina – SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 206,7 MWh.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2025 foram autorizadas pela diretoria em 15 de agosto de 2025.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis intermediárias, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas aplicáveis à Companhia

A norma alterada emitida, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, está descrita a seguir:

- IFRS 18/ CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A norma determina que as entidades classifiquem todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Foram feitas também alterações no IAS 7 (CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) incluindo a mudança no ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”. Além disso, foi removida a opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para risco de crédito

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 5.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de renda da pessoa jurídica

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.

ii) Contribuição social sobre o lucro líquido

À alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

d) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) – instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado**

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos ou realizou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE, Anexo à Resolução Normativa nº 674/2015, de agosto de 2015 aprovada pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento para os contratos de bens de valor significativo e prazo superior a 12 meses, a valor presente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem gastos socioambientais e direitos de uso de software. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas nas Nota Explicativa nº 9.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

i) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

j) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base na geração de energia e na RAG determinada na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.353 de 23 de julho de 2024. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	53	40
Aplicações financeiras	34.522	21.002
Total	34.575	21.042

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

As aplicações financeiras equivalentes de caixa são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins.

Em 30 de junho de 2025 o saldo estava aplicado em Compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados às taxas de 60% e 97,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerado a taxas entre 99% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

5. Contas a receber

	30/06/2025	31/12/2024
Suprimento de energia – CCGF – A vencer	27.902	28.182
Total	27.902	28.182

Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN) e faturadas conforme Contrato de Cotas de Garantia Física (CCGF).

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para provisões para risco de crédito, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia entende que não existe a necessidade de constituição e reconhecimento de perdas estimadas.

6. Impostos a recuperar

	30/06/2025	31/12/2024
PIS a recuperar não cumulativo	134	132
Cofins a recuperar não cumulativo	615	610
IRPJ estimativa	14.632	-
CSLL estimativa	5.269	-
Total	20.650	742

7. Outros créditos

	30/06/2025	31/12/2024
Seguros	1.050	2.473
Depósitos judiciais empresariais (a)	36.319	-
Carta fiança	71	157
Adiantamento fornecedores	94	302
Adiantamento de férias e 13 ^º	70	8
Projetos de P&D (b)	1.743	1.672
Total circulante	39.347	4.612
Projetos de P&D (c)	575	378
Bloqueios e depósitos judiciais trabalhistas	116	103
Depósitos judiciais cíveis	3	3
Total não circulante	694	484
Total	40.041	5.096

- (a) Em 12 de maio de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado, por maioria, com voto contrário da acionista Eletrobras, o pagamento imediato de dividendos no valor total de R\$ 36.319, na proporção detida por cada acionista no capital social da Companhia. Ocorre que, em 13 de maio de 2025, foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 0811668-53.2025.8.19.0001, decisão determinando o depósito judicial de qualquer pagamento ou distribuição de dividendos da Companhia.
- (b) Trata-se de projetos em cumprimento da Lei nº 14.120/2021, o projeto “DNA Ambiental e Metabarcoding” – Fase 2 com previsão para conclusão no ano de 2025.
- (c) O projeto “DNA Ambiental e Metabarcoding” – Fase 3 iniciou em dezembro de 2024 com prazo de execução em 60 meses.

8. Imobilizado

	Imobilizado em serviço					Ativo de direito de uso (a)	Imobilizado em curso				Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias		Máquinas e equipamentos (b)	Veículos	Adiantamento a fornecedores	Peças sobressalentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52.814	478	191	1.398	207	113	2.635	-	81	3.645	61.562
Adições	-	-	-	-	-	-	1.286	243	4	31	1.564
Transferências	165	243	12	-	-	-	(92)	(243)	(85)	-	-
Baixas	-	(31)	(1)	-	-	-	(12)	-	-	(16)	(60)
Depreciação	(1.190)	(53)	(9)	(15)	(4)	(71)	-	-	-	-	(1.342)
Saldo em 30 de junho de 2024	51.789	637	193	1.383	203	42	3.817	-	-	3.660	61.724
Saldo em 31 de dezembro de 2024	57.777	576	184	1.368	198	-	2.546	-	-	4.068	66.717
Adições	-	-	-	-	-	-	1.744	-	150	-	1.894
Transferências	31	-	2	-	-	-	(33)	-	-	-	-
Baixas	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(8)
Depreciação	(1.322)	(61)	(9)	(15)	(4)	-	-	-	-	-	(1.411)
Saldo em 30 de junho de 2025	56.479	515	177	1.353	194	-	4.257	-	150	4.067	67.192
Taxa média de depreciação %	7%	14%	6%	2%	3%						

(a) Em atendimento ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia registrou como ativo de direito de uso o contrato de aluguel da sua sede administrativa. A amortização do direito de uso foi calculada pelo prazo do contrato de locação; e

(b) Os valores referem-se, principalmente, ao projeto de Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC), com previsão de conclusão em 2025.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE, anexo à resolução normativa nº 674/2015, de agosto de 2015 aprovada pela ANEEL.

9. Intangível

	Gastos socioambientais (*)	Licenças de uso e Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.472	183	32.655
Amortização	(2.304)	(47)	(2.351)
Saldo em 30 de junho de 2024	30.168	136	30.304
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.864	90	27.954
Adições	-	15	15
Amortização	(2.304)	(38)	(2.342)
Saldo em 30 de junho de 2025	25.560	67	25.627
Taxa média de amortização %	17%	20%	

(*) O valor registrado refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo em 23 de dezembro de 2022. Esses gastos socioambientais estão associados à licença de operação e, como beneficiarão mais de um exercício, foram classificados no ativo intangível. Serão amortizados pelo prazo de vigência da licença ambiental. (Vide Nota Explicativa nº 10).

10. Contas a pagar

	30/06/2025	31/12/2024
Materiais e serviços (a)	6.821	8.735
Obrigações socioambientais (b)	8.582	8.309
Total circulante	15.403	17.044
Obrigações socioambientais (b)	8.582	8.309
Total não circulante	8.582	8.309

- (a) É composta principalmente por saldos a pagar a fornecedores de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza e imobilizado; e
- (b) Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia firmou Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo para a obtenção da Licença. O valor da compensação ambiental objeto deste TCCA foi calculado considerando os valores para ampliação do Parque Estadual Rio do Peixe e para reflorestamento da Reserva Lagoa São Paulo, correspondendo a R\$ 37.843, que será pago em cinco parcelas anuais e subsequentes, em 2023 foi realizado o pagamento da segunda parcela e em 2024, o pagamento da terceira parcela. As parcelas anuais são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Obrigações socioambientais (b)	30/06/2025	31/12/2024
A vencer 2025	8.582	8.309
A vencer 2026	8.582	8.309
Total	17.164	16.618

11. Encargos do setor

	30/06/2025	31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	4.363	3.885
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	59	59
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	2.304	2.334
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Conexão (TUST)	7.982	7.915
Total	14.708	14.193

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei nº 14.120/2021, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

12. Partes relacionadas

	30/06/2025 Passivo	30/06/2025 Resultado	31/12/2024 Passivo	30/06/2024 Resultado
Centrais Elétricas Brasileira S.A. - Eletrobras	850	(5.059)	837	(6.330)
Total	850	(5.059)	837	(6.330)

O saldo do passivo e resultado referem-se aos valores referentes ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Os saldos de passivos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado do período findo em 30 de junho de 2025 e 2024, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

13. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	30/06/2025	31/12/2024
Salários e encargos	697	644
Provisões para férias e encargos	1.769	1.474
Honorários da administração e encargos	23	64
Total	2.489	2.182

14. Provisões – Participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de PLR / gratificações e encargos para empregados	375	929
Provisão de bônus e encargos para administração	630	420
Total	1.005	1.349

15. Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2025	31/12/2024
IRRF PJ retido de terceiros	6	13
PIS, Cofins e CSLL retidos de terceiros	30	50
INSS retido de terceiros	48	111
ISS retido de terceiros	16	37
IRPJ	17.387	1.133
CSLL	6.263	898
PIS	286	288
Cofins	1.322	1.328
ICMS	4	10
Total	25.362	3.868

16. Dividendos a pagar

	30/06/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	36.319	-
Total	36.319	-

O pagamento dos dividendos foi realizado por meio de depósito judicial e está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 7.

17. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 04 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta "Obrigações especiais – Passivo não circulante".

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do período.

Assim sendo, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos da conta estão demonstrados como segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações especiais	24.004	24.523
Total	24.004	24.523

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	30/06/2025	31/12/2024
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	6.887	6.887
Total	13.801	13.801

Foi deferido, em decisão judicial datada de 18 de março de 2025, proferida pela 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, o desfazimento da transferência das ações de emissão da Tijoá detidas pela acionista Juno para a Eletrobras, que havia sido determinada por decisão liminar datada de 11 de fevereiro de 2025, que, portanto, retornaram à propriedade da acionista Juno até o deslinde do feito.

18.2. Reservas

	30/06/2025	31/12/2024
Reserva legal (i)	2.760	2.760
Reserva de lucros	24.236	60.555
Reserva para futuros investimentos (ii)	812	812
Total de reservas	27.808	64.127

(i) Reserva legal é constituída no montante de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social; e

(ii) Reserva para futuros investimentos constituídos no montante de R\$ 812, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2023.

18.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	85.555
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(60.555)
(-) Dividendos propostos/pagos	(25.000)

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no exercício, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Em 28 de março de 2024, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo do lucro de 2023. O pagamento foi realizado da seguinte forma: R\$ 25.000 pagos em abril de 2024, R\$ 17.522 pagos em junho de 2024 e R\$ 30 pagos em setembro de 2024.

Em 25 de setembro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 15.000 pagos aos acionistas em setembro de 2024.

Em 27 de dezembro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 pagos aos acionistas em dezembro de 2024.

Em 12 de maio de 2025, por meio Assembleia Geral Ordinária AGE, foi aprovado, por maioria, com voto contrário da acionista Eletrobras, o pagamento imediato de dividendos no valor total de R\$ 36.319, na proporção detida por cada acionista no capital social da Companhia. Ocorre que, em 13 de maio de 2025, foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 0811668-53.2025.8.19.0001, decisão determinando o depósito judicial de qualquer pagamento ou distribuição de dividendos da Companhia.

18.4. Lucro por ação

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	46.040	42.401
Quantidade de ações	13.801.000	13.801.000
Lucro por ação - Em R\$	3,34	3,07

19. Receita líquida

	30/06/2025	30/06/2024
Receita bruta de vendas	162.790	160.321
Deduções da receita		
(-) Programa de Integração Social (PIS)	(2.686)	(2.645)
(-) Contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins)	(12.372)	(12.181)
(-) Encargos setoriais (*)	(10.873)	(7.686)
(-) Total deduções da receita operacional	(25.931)	(22.512)
Receita operacional líquida	136.859	137.809

(*) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH); Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

20. Custo dos produtos e serviços prestados

	30/06/2025	30/06/2024
Custo serviços de terceiros	(4.174)	(5.056)
Custo com pessoal	(7.572)	(7.483)
Custos com encargos do setor (*)	(52.351)	(57.652)
Materiais	(1.000)	(765)
Depreciação	(758)	(632)
Amortização	(2.304)	(2.304)
Seguros	(1.409)	(1.298)
Aluguéis	(78)	(83)
(-) Créditos de PIS e Cofins	5.040	5.491
Outros	(29)	(47)
Total	(64.635)	(69.829)

(*) Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Tarifas de Uso do Sistema de Conexão.

21. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2025	30/06/2024
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(644)	(928)
Provisão para bônus e encargos da administração	(210)	70
Pessoal e encargos	(1.843)	(1.678)
Serviços de terceiros	(393)	(492)
Viagens	(59)	(117)
Depreciação	(134)	(191)
Amortização	(38)	(47)
Materiais	(39)	(45)
Ocupação	(158)	(70)
Aluguéis	(1)	(23)
(-) Créditos de PIS e Cofins	8	7
Outros	(15)	(25)
Total	(3.526)	(3.539)

22. Resultado financeiro

	30/06/2025	30/06/2024
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	1.864	871
Outras receitas financeiras	3	1
Total	1.867	872
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(121)	(102)
Atualizações monetárias	(636)	(766)
Outros juros e multas	(1)	(5)
Total	(758)	(873)
Resultado financeiro	1.109	(1)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro – fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

c) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis intermediárias pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis intermediárias com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos patrimoniais

	30/06/2025	31/12/2024
Diferença temporária - PLR/Gratificações	375	929
Diferença temporária - bônus e encargos da administração	630	420
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	342	458

b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30/06/2025 IRPJ/CSLL	30/06/2024 IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	69.807	64.440
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal	23.734	21.910
(Adições) exclusões temporárias (a)	(116)	(311)
(Adições) exclusões permanentes (b)	44	142
Outros (c)	(12)	(12)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(23.650)	(21.729)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(117)	(310)
Total	(23.767)	(22.039)
Alíquota efetiva	34%	34%

(a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de gratificação e encargos, e provisões para litígios;

(b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a benefícios da diretoria e doações; e

(c) Parcela isenta do adicional do imposto de renda.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A seguir, demonstramos as apólices em vigor:

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2025	30.000	28
Riscos operacionais	07/11/2025	2.688.518	2.795
D & O	30/07/2025	25.000	21
Risco conteúdo	14/02/2026	800	1
Veículos	20/05/2026	685	18

26. Remuneração dos administradores

A remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para os anos de 2024 e de 2025 serão objeto de assembleia extraordinária específica a ser oportunamente convocada pelos acionistas. Dessa forma, foi mantida a remuneração global aprovada em 2023. Qualquer decisão relativa à remuneração global referente ao ano de 2024 somente terá efeitos prospectivos.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração reconhecida no resultado dos períodos está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 21.

27. Provisão para riscos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, ambientais e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas como risco provável de perda nas datas-bases de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis intermediárias, e são apresentadas a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Riscos trabalhistas	245	244

28. Eventos subsequentes

A Tijoá foi notificada pela acionista Juno sobre a decisão judicial proferida nos autos do Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Comarca do Rio de Janeiro, em execução de sentença arbitral, que autorizou o levantamento dos dividendos depositados judicialmente na proporção de suas ações, ou seja, na proporção de 50,1%.